

# **A História Económica do Portugal Medieval**

## **(Sugestões para uma recuperação)**

*Luís Miguel Duarte*

*(Faculdade de Letras da Universidade do Porto)*

### Apresentação

Com esta comunicação pretendo fazer um ponto da situação do estado actual da investigação em Portugal, no que diz respeito à Idade Média. Esboçarei um pequeno histórico, começando nos anos 50 e 60, passando pelo que ocorreu com as mudanças no 25 de Abril de 1974 e até ao início dos anos 80 e terminando com uma descrição do estado actual das coisas. Procurarei discutir as razões do nosso profundo atraso nestes domínios, distinguindo problemas estruturais de difícil solução, relacionados sobretudo com a nossa dimensão, a nossa posição periférica, as limitações do nosso sistema universitário e de investigação, por um lado, e com a natureza das fontes disponíveis, por outro, com outros bloqueios que creio mais fáceis de ultrapassar e que dizem respeito ao nosso modo de trabalhar como historiadores.

### 1. A História Económica Medieval Portuguesa: os anos 40 a 60

Começo por enquadrar esta reflexão nos marcos 'físicos' portugueses. Estou a falar de uma comunidade de ensino e de investigação bastante reduzida. Aos três cursos tradicionais de História, no Porto, em Coimbra e em Lisboa<sup>1</sup>, juntou-se, depois do 25 de Abril, um quarto, o da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Embora mais tarde tenham surgido outras licenciaturas em História (em Évora, nos Açores e em Braga), são centros pequenos, com poucos meios e poucos docentes, o que não os impede de apresentar trabalhos e iniciativas de grande importância; aliás o facto de a comunidade científica portuguesa ser, como disse, reduzida, faz com que as contribuições desses novos centros de investigação, mesmo pequenos, sejam significativas<sup>2</sup>. As universidades privadas, que proliferaram em Portugal nos

---

<sup>1</sup> E lembro que a Faculdade de Letras do Porto, fundada no início do século XX, e que chegou a contar na altura com excelentes historiadores, foi depois suspensa pelo governo e apenas restaurada nos anos 60, começando então uma lenta reconstrução.

<sup>2</sup> Lembro de passagem a importância dos estudos de Filipe Themudo Barata (Évora) sobre o comércio português no Mediterrâneo, bem como o projecto que esta universidade tem

anos 80 e 90, estão em crise generalizada; praticamente todas as licenciaturas de História foram extintas e só excepcionalmente um ou outro docente segurou o seu posto de trabalho. Mas deixaram de contar.

Neste momento, com os constrangimentos económicos que ameaçam os estudos de humanidades um pouco por toda a Europa a pesaram violentamente sobre a Universidade portuguesa, a admissão de novos investigadores e docentes está congelada há vários anos<sup>3</sup>. Estou portanto a falar de grupos cada vez mais reduzidos de docentes de história medieval (8 no Porto, 7 na F.C.S.H. da U. Nova de Lisboa, 9 em Coimbra, 8 na Faculdade de Letras de Lisboa). Destes, o número que se dedica, a tempo inteiro ou parcialmente, à história económica é insignificante - o tema não está manifestamente na moda em Portugal. Como veremos, as escolas de Letras e, em particular, os cursos de História de modo algum fazem o pleno dos investigadores de história económica; há evidentemente o mundo das escolas de economia onde aquela disciplina é obrigatória e tem muitas vezes tradições. O que se passa é que, em Portugal, nessas faculdades não há medievalistas nem especialistas da primeira Idade Moderna, só gente que se interessa do século XVIII até hoje. Pelo que não conta directamente para a reflexão que estou a propor.

Mas voltemos atrás para perceber melhor o caminho que nos trouxe à situação actual. Em anos mais longínquos, apenas dispomos de um livro que ainda hoje é inspirador, as *Épocas de Portugal Económico. Esboços de História*, de João Lúcio de Azevedo<sup>4</sup>. E há, sempre, a *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, de Gama Barros<sup>5</sup>, que será por muitos anos

---

desenvolvido sobre as elites urbanas; os estudos de Manuel Sílvio Conde e de Mário Viana, nos Açores; ou os trabalhos de Maria da Conceição Falcão sobre a construção corrente no Norte de Portugal e de Arnaldo Melo sobre o trabalho e os mesteres (os dois são docentes da Universidade do Minho).

<sup>3</sup> O que acarreta várias consequências negativas: o envelhecimento do corpo docente e de investigadores, o desemprego crescente de pós-graduados e doutorados e, talvez mais grave, o desincentivo a alguns dos jovens mais prometedores, que se afastam para outras áreas do saber por a história não lhes oferecer saídas profissionais mínimas.

<sup>4</sup> 3ª ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1973 (a 1ª edição data de 1929). Do mesmo autor, vale a pena consultar ainda a colectânea *Elementos para a História Económica de Portugal (Séculos XII a XVII)*, Lisboa, 1967. Da responsabilidade de Jorge Borges de Macedo, este livro reúne as contribuições de Lúcio de Azevedo para a chamada *História de Portugal* de Barcelos, dirigida por Damião Peres.

<sup>5</sup> 2ª edição, Lisboa, Sá da Costa, 1945-54 (11 vols.)

ainda um dos repositórios mais inesgotáveis de informação para a história económica. Não se esqueça, por último, a estimulante síntese de Jaime Cortesão *Os Factores Democráticos na formação de Portugal*<sup>6</sup>.

Nos anos 50 e 60, apesar de o número de investigadores e professores ser absolutamente irrisório, a historiografia portuguesa foi, no domínio da história económica, decisivamente marcada por nomes de projecção internacional. O primeiro deles é o de Virgínia Rau cujo trabalho se inicia nos anos 40<sup>7</sup> e cujo legado me parece contraditório: era uma trabalhadora infatigável, que se sentia particularmente à vontade em arquivos estrangeiros e que, sobretudo, cultivava relações de colaboração e amizade com alguns dos maiores especialistas de história económica do tempo - por todos, fique o exemplo de Federigo Melis. Mas quando lemos os seus trabalhos, se por um lado percebemos que ela conhecia bem e citava a bibliografia italiana, espanhola, francesa e até alemã (o que será sempre uma situação excepcional entre nós), fica alguma sensação de frustração. Tirando alguns títulos sobre a ligação com Itália, não podemos dizer que Virgínia Rau deixou os alicerces de uma sólida história económica com todas as componentes necessárias: a modernidade da teoria e dos questionários e o correcto aproveitamento das fontes. Obras que se debruçaram sobre temas centrais para o conhecimento da nossa economia medieval, como *A Casa dos Contos*<sup>8</sup>, *Estudos sobre a história do sal português*<sup>9</sup> e, sobretudo, as *Feiras Medievais Portuguesas* envelheceram bastante mal<sup>10</sup>. A seu crédito deve lembrar-se que ela lançou colaboradores jovens de grande qualidade, como Maria José Lagos Trindade<sup>11</sup>, como Iria Gonçalves, responsável por um conjunto de trabalhos que se tornaram uma

---

<sup>6</sup> Inicialmente publicado em 1930, como capítulo da *História do Regímen Republicano em Portugal* (vol. 1, p. 13-96), e depois recolhido nas suas *Obras Completas*, Lisboa, Portugal, 1964 (vol. 1).

<sup>7</sup> Com títulos importantes como as *Sesmarias Medievais Portuguesas* (2ª edição, Lisboa, Presença, 1982; a 1ª edição data de 1946).

<sup>8</sup> A primeira repartição central encarregada de questões financeiras (Coimbra, Faculdade de Letras, 1951).

<sup>9</sup> Lisboa, Presença, 1984 (colectânea póstuma - Virgínia Rau morreu em Janeiro de 1974 - que retoma estudos de 1951 e 1963).

<sup>10</sup> Nesta última obra, a um número não negligenciável de lapsos de erudição e de má leitura de dados junta-se a extrema pobreza da interpretação, que raramente excede a glosa de documentos publicados em anexo.

<sup>11</sup> De quem se esperavam contributos essenciais, de resto anunciados, mas que a morte cortou prematuramente. Ficam ainda assim, entre outros, os únicos estudos de que dispomos até hoje sobre um tema tão importante como a criação de gado.

referência obrigatória<sup>12</sup>. E como A. H. de Oliveira Marques, que, no final dos anos 50, publicava um conjunto de estudos de grande qualidade sobre temas como a moeda e a população. Em 1962, este autor propôs mesmo um *Ideário para uma História Económica de Portugal na Idade Média*<sup>13</sup>, muito útil ponto da situação sobre o pouco que estava feito e o muito que se poderia fazer na área. É sugestivo, adiantando desde já uma das minhas conclusões provisórias, que, mais de quatro décadas decorridas, muito do que ele sugeria continue hoje por fazer. Mas a Oliveira Marques devem-se, entre muitos outros, dois títulos marcantes para a nossa história económica: a *Introdução à História da Agricultura em Portugal - a questão cerealífera durante a Idade Média*<sup>14</sup>, e a sua dissertação de doutoramento *Hansa e Portugal na Idade Média*<sup>15</sup>.

Num meio em que não abundavam os investigadores e em que o ambiente cultural era estreito e pobre, sobressai com brilho acrescido a obra de Vitorino Magalhães Godinho, que sendo sobretudo um modernista e um historiador da expansão, publicou livros em que o tratamento de grandes massas de dados inéditos foi de par com uma excelente preparação bibliográfica e com o vigor das grandes interpretações explicativas. Para a Idade Média continuam insubstituíveis títulos como *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*<sup>16</sup>, "Le problème du pain dans l'économie portugaise, XV<sup>e</sup>-XVI<sup>e</sup> siècles - blé d'Europe et blé des îles"<sup>17</sup>, o monumental livro *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*<sup>18</sup>, ou, para outro tema fundamental, o artigo *Finanças Públicas e Estrutura do Estado*<sup>19</sup>.

Desta fase, anos 40-anos 60, importa ressaltar alguns traços: a boa qualidade de muitos trabalhos, quer no rigor da erudição, quer na utilização de bibliografia

---

<sup>12</sup> Destacando, para o nosso tema, os que dedicou à fiscalidade medieval e que continuam, mais de quatro décadas decorridas, a ser o ponto de partida obrigatório para qualquer regresso ao assunto.

<sup>13</sup> Separata da "Revista de Economia", vol. XIV, fasc. 3 (Set. 1962); este trabalho foi depois incluído nos *Ensaios de História Medieval* de Oliveira Marques (Lisboa, Vega, 1980).

<sup>14</sup> 3<sup>a</sup> edição, Lisboa, Cosmos, 1978; 1<sup>a</sup> edição 1962.

<sup>15</sup> 2<sup>a</sup> edição muito melhorada, Lisboa, Presença, 2000; 1<sup>a</sup> edição de 1959.

<sup>16</sup> Lisboa, Sá da Costa, 1962; esta obra, imediatamente apreendida pela polícia política da ditadura, nunca foi reeditada pelo autor, tornando-se uma autêntica 'peça de coleção'.

<sup>17</sup> *Revista de Economia*, 12, fasc. III, n<sup>o</sup> 47 (Set, 1959), p. 87-113.

<sup>18</sup> 2<sup>a</sup> edição, Lisboa, Editorial Presença, 198... (1<sup>a</sup> edição em 2 vols, Lisboa, Arcádia, 1963).

<sup>19</sup> *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, vol. II, Lisboa, 1965 (p. 244-264), também recolhido nos seus *Ensaios II - Sobre História de Portugal*, 2<sup>a</sup> edição, Lisboa, Sá da Costa, 1978.

estrangeira actualizada; a inexistência de um ambiente cultural e científico estimulante, devido às graves restrições sobre a liberdade política e intelectual que asfixiavam as universidades. Assim, o que tinha todas as condições para ser uma excelente fundação foi interrompido de forma ingloria e não deixou descendência. Oliveira Marques partiu para os Estados Unidos, Godinho para França, Virgínia Rau viria a abrandar o ritmo de publicações, Maria José Trindade faleceu muito jovem. Claro que os investigadores que saíram de Portugal continuaram sempre a estudar estes temas, como o fez, em Lisboa Iria Gonçalves; e chegou pouco depois Maria José Pimenta Ferro, com trabalhos importantes sobre história monetária e sobre os judeus em Portugal. Mas a dinâmica dos anos 50 e 60 estava irremediavelmente perdida. Na minha opinião, até hoje. Foi uma interrupção demasiado brutal e demasiado longa, cujos efeitos hoje sentimos em toda a sua extensão.

## 2. As mudanças com a Revolução do 25 de Abril de 1974

As radicais mudanças políticas em Portugal fizeram-se sentir de duas maneiras na universidade portuguesa: desde logo, eliminando todas as barreiras à livre circulação de pessoas, de ideias, de livros; mas também provocando uma verdadeira explosão da população escolar<sup>20</sup> que obrigou à contratação de muitos jovens docentes. No domínio específico que estamos a tratar, o novo clima intelectual criou as melhores condições para o interesse numa história económica e social. Reflectindo esse interesse, Vitorino Magalhães Godinho fundou a Associação Portuguesa de História Económica e Social<sup>21</sup>, a qual começou a editar uma excelente "Revista de História Económica e Social"<sup>22</sup>. No entanto, nesta associação e nesta revista são muito escassos os trabalhos de história económica propriamente dita, embora haja alguns de grande qualidade sobre história social e até história do quotidiano. A 'febre' da história económica não contagiou os medievalistas; Portugal caiu no erro previsível de saltar etapas e de se deixar seduzir pela chamada história das mentalidades, quando dimensões essenciais da sociedade medieval portuguesa estavam - e continuam - por conhecer. Aliás a "Revista de História Económica e Social"

---

<sup>20</sup> Os alunos de História da Faculdade de Letras do Porto multiplicaram-se por 15.

<sup>21</sup> Que ainda existe, com bastante vitalidade.

<sup>22</sup> Edições Sá da Costa.

interrompeu a sua publicação durante vários anos. Só recentemente a retomou, reforçando-se os trabalhos de economia contemporânea pura e dura. De momento, não há nenhuma revista exclusivamente dedicada à história medieval.

Por outro lado, e como já sugeri acima, a história económica transfere-se cada vez mais para as faculdades de economia e concentra-se no período contemporâneo. Para a Idade Média, continuava a travessia do deserto.

### 3. Os anos 80: uma recuperação tímida

Esse deserto interrompeu-se parcialmente nos anos 80 com um impulso decisivo no domínio da história agrária, com três importantes dissertações de doutoramento, de Robert Durand<sup>23</sup>, de Maria Helena da Cruz Coelho<sup>24</sup> e de Iria Gonçalves<sup>25</sup>, que renovaram totalmente, à luz de novas metodologias e com recurso a muita documentação nunca antes consultada, os nossos conhecimentos neste campo. Seguiu-se-lhes uma multidão - é o termo - de monografias de história rural consagradas sobretudo a estabelecimentos monásticos (onde de resto se verificou alguma repetição de planos e de bibliografia, e escasso ou nenhum progresso de um trabalho para o seguinte). Também a história urbana deu passos de gigante: impulsionada por um seminário dedicado ao tema por Oliveira Marques, no início dos anos 80, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, viu a publicação de quase duas dúzias de monografias urbanas, de qualidade naturalmente desigual mas, ainda assim, facultando um conhecimento muito satisfatório desta realidade. Lamento apenas que a parte do 'económico' - feiras, mercados, comércio local e regional, finanças urbanas, preços, produção artesanal e proto-industrial, propriedade urbana, ligações com os campos mais próximos ou mais afastados - seja de um modo geral pouco aprofundada ou pura e simplesmente ignorada<sup>26</sup>.

---

<sup>23</sup> *Les campagnes portugaises entre Douro et Tage aux XII<sup>e</sup> et XIII<sup>e</sup> siècles*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

<sup>24</sup> *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média. Estudo de História Rural*, 2<sup>a</sup> edição, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989 (1<sup>a</sup> edição de 1983).

<sup>25</sup> *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade Nova - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1989.

<sup>26</sup> Sendo que a escassez ou ausência de fontes para estes temas, explicando bastante, não explica tudo.

Houve ainda um sem número de pequenos trabalhos pontuais, desgarrados, sobre aspectos importantes da história económica do Portugal medievo. Mas como tendências gerais, foi isto.

#### 4. A actual situação de impasse

No momento em que escrevo, e na minha perspectiva, os dias que vivemos não são de forma alguma animadores para este domínio do saber, o que justifica este subtítulo e sobretudo a presente comunicação.

Os constrangimentos estruturais mantêm-se ou agravaram-se: como disse no início, os alunos são menos e a respectiva qualificação média baixou, as universidades estão a perder professores e não estão a substituí-los por outros mais jovens, e não estamos a conseguir, por razões compreensíveis, atrair um número satisfatório de talentos para a investigação em história. Poucos, sobrecarregados e sub-financiados, constatamos que a história económica continua a não ser atractiva: as investigações neste campo, mesmo isoladas, se já há muitos anos vinham rareando, não conseguiram inverter essa tendência. E se procurarmos trabalho colectivo e organizado - em centros e em projectos - o panorama é ainda mais desolador<sup>27</sup>. Além disso, se os portugueses falam com alguma facilidade várias línguas, ninguém fala a nossa, e muito poucos a lêem; as nossas possibilidades de enriquecimento e confronto intelectual vêm-se por isso muito coarctadas. O problema está neste momento em cima da mesa; é evidente para muitos de nós que ou publicamos em inglês e, secundariamente, em francês ou espanhol, ou virtualmente não existimos na comunidade científica internacional.

Um problema aparentado mas distinto é a assustadora debilidade teórica da nossa produção historiográfica, particularmente neste sector; apesar do referido à vontade no domínio de várias línguas estrangeiras e no brio com que procuram acompanhar a mais recente investigação, os historiadores portugueses mostram-se totalmente impreparados para fazer um correcto enquadramento teórico de um problema e desconhecem as importantíssimas aquisições e os estimulantes debates que têm animado a história económica

---

<sup>27</sup> O já referido projecto sobre elites urbanas, sediado na Universidade de Évora, quase não tocou aspectos económicos. E um interessante projecto para a história dos portos do Norte de Portugal, baseado na Faculdade de Letras do Porto, quase não abrange a época medieval.

européia dos últimos anos. Em minha opinião, é uma das limitações que tem de ser vencida mais rapidamente.

#### 5. Fontes: uma barreira intransponível?

Os colegas de outros países que nos últimos anos têm tido a amabilidade de nos ouvir ou ler constatam que batemos incessantemente na mesma tecla: em Portugal, não há fontes. E há lacunas que nem com a mais fértil imaginação podem ser colmatadas.

Então não sobrou um documento nos arquivos portugueses? Claro que sobraram, e bastantes. Mas há falhas absolutamente críticas e cirúrgicas, que pouco menos do que inviabilizam certos estudos e nos impedem de entrar em diálogo com os nosso colegas estrangeiros.

Isso sente-se particularmente na história económica, porque é gritante a ausência de fontes quantitativas, de números, de séries. Na maior parte dos casos, não foram produzidas: não se entendeu importante, não se sabia. Mas em muitos casos, existiram mas não chegaram até nós. Há livros e documentos que, com toda a certeza, foram elaborados – por exemplo, róis de fogos para efeitos fiscais, livros de avaliação de fortunas com objectivos militares, livros de obras de construção, inventários de órfãos, livros de receita e despesa de concelhos e de estabelecimentos religiosos, livros de entradas e saídas em portos, contratos navais, variadíssimos livros de contas, desde logo de actividades comerciais... Ora de tudo isto, e alguns outros tipos mais de que não falei, não sobrou nem um para amostra.

Quer dizer, com uma ou outra excepção, todas as quantidades a que podemos chegar têm de ser obtidas indirectamente, por cálculos arriscados e inferências a partir de fontes que não são intrinsecamente quantitativas. Isso requer uma elevada preparação hermenêutica: sem ignorar algumas ‘aquisições’ significativas, no que diz respeito ao grosso da documentação continuamos a trabalhar as mesmas fontes que serviram a Alexandre Herculano e à historiografia portuguesa desde o século XIX – e que são, em duas palavras, alguns *cartulários* mais um número elevado de *prazos* de propriedades, de compras, de vendas e de doações. Um aproveitamento exigente dessas fontes permitiu a José Mattoso, na sua dissertação de doutoramento, redigir um excelente capítulo sobre “Os recursos materiais” dos mosteiros da diocese do

Porto nos séculos XI e XII.<sup>28</sup> É, insisto sempre, uma apreciação essencialmente qualitativa mas, como diria Armindo de Sousa, entre nós estamos condenados a termos de imaginar muito quantidades a partir de ‘qualidades’.

Temos depois uma pequena mina – as *inquirições régias*, principalmente no século XIII, as de 1220 e de 1258 (e, de menor riqueza, as de 1290, bem com algumas já do século XIV): são resumidamente vastos inquéritos de iniciativa régia que visam apurar o estatuto dos direitos e das propriedades tendencialmente em todo o país, mas que acabam por se restringir a zonas de maior implantação da nobreza e de mais forte conflitualidade. Insisto: não são de modo algum documentos de vocação quantitativa. E o respectivo tratamento é de uma complexidade muito elevada<sup>29</sup>, não dispensando uma prévia reflexão teórica sobre a natureza deste tipo de fonte. Quando percebemos bem que tipo de documentos temos entre mãos e sabemos trabalhar com eles, podemos conseguir excelentes resultados. Até hoje, apostou-se mais no campo dos estudos de população, com saliência para os de Avelino de Jesus da Costa<sup>30</sup> e de Maria Helena da Cruz Coelho<sup>31</sup>.

Portugal tem, além disso, um acentuado desequilíbrio na distribuição das fontes. Não se esqueça que, a sul do rio Tejo, ainda durante toda a primeira metade do século XIII se vive uma situação de guerra ou, pelo menos, de uma paz muito tensa e muito militarizada. Nessa metade do país, por isso, a cobertura por estabelecimentos religiosos é escassa; os mosteiros multiplicam-se a Norte do Mondego e principalmente no litoral: para esses territórios, aí sim, possuímos bastante documentação, embora relativamente dispersa e avulsa.

---

<sup>28</sup> *O Monaquismo Ibérico e Cluny*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, p. 137-159.

<sup>29</sup> Por isso se recomenda a rigorosa introdução metodológica proposta por Luís Krus: “Escrita e poder: as inquirições de Afonso III” e “O Rei herdeiro dos condes: D. Dinis e a herança dos Sousas”, os dois trabalhos recolhidos na colectânea *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*, Redondo, Patrimonia, 1994, p. 35-57 e 59-99 respectivamente.

<sup>30</sup> Na sua tese de doutoramento *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, Coimbra, 1959, sep. da revista “Biblos” (esta obra foi objecto de uma reedição recente muito corrigida e aumentada).

<sup>31</sup> *A população e a propriedade na região de Coimbra nos séculos XII e XIII e A terra e os homens da Nóbrega no século XIII*, ambos reunidos na colectânea *Homens, Espaços e Poderes. Séculos XI-XVI. I - Notas do Viver Social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 139-169 e 170-198 respectivamente.

## 6. Trabalhar a partir do que temos

O que parece uma verdade de La Palisse acaba por se converter, na opinião de alguns de nós, no indispensável ponto de partida. Terminadas as lamentações sobre a escassez e as limitações das fontes medievais portuguesas, são estas as fontes que temos e é com estas que temos de trabalhar. O caminho para se fazer alguma coisa parece simples:

1. Conhecer exactamente o que nos sobrou, em extensão, e melhorar a reflexão hermenêutica sobre cada um destes tipos de fontes de que falei - cartulários, emprazamentos, compras e vendas, inquirições - actualizando sempre e sempre os questionários.

2. Aumentar o recurso à bibliografia estrangeira e à colaboração com especialistas de outros países. Procurar acompanhar o estado da arte nos vivos debates que hoje atravessam a história económica, seja sobre pontos específicos (demografia, agricultura, criação de gado, artesanato e indústria, correntes comerciais, finanças), seja sobre modelos globais de interpretação das economias europeias, principalmente nos séculos XII a XV.<sup>32</sup>

3. Tentar incentivar o recurso à arqueologia da paisagem, totalmente desconhecida em Portugal, apontando, entre muitos, o modelo inglês (às vezes a simples fotografia aérea ajuda), com o estudo intensivo de fósseis e pólenes. Ficaríamos a saber muitíssimo mais sobre paisagens agrárias, sobre produção, sobre técnicas.<sup>33</sup>

4. A partir destas bases sólidas, podemos recomeçar o trabalho, sem dúvida de resultados limitados, de reunir pequeníssimas informações descontínuas e dispersas e tirar delas tudo o que for possível.<sup>34</sup> Aliás desde há algum tempo se anda a amadurecer a ideia de lançar um projecto sobre o estudo dos preços em Portugal; tal estudo nunca poderia partir das mesmas bases em que assenta nos outros países, e desde logo na análise de séries de preços de

---

<sup>32</sup> Acompanhando, entre várias possíveis, as reflexões de Stephen R. Epstein sobre o que ele chama de modelo ricardiano-malthusianista ou sobre as “concepções pessimistas” da economia medieva.

<sup>33</sup> A ausência desse tipo de estudos, entre nós, é uma das principais responsáveis pelos nossos escassos conhecimentos sobre a produção agrária.

<sup>34</sup> Foi o que fez, ainda nos anos 70, Ruben Garcia Álvarez, estudando o custo de vida no Norte de Portugal a partir de um aproveitamento exaustivo de dados quase insignificantes e muito dispersos.

cereal, porque não as temos, mas sobretudo da colheita de todas as informações soltas relativas a preços e a moeda<sup>35</sup>.

5. Tudo tem que recomeçar em bases locais e regionais, devidamente enquadradas pela reflexão de âmbito internacional. O pouco que vamos sabendo reforça a ideia das extremas especificidades regionais. Quando Oliveira Marques insistiu, na sua clássica *Introdução à História da Agricultura*, na escassez crónica de cereais no Portugal medievo, não poderia estar a generalizar ao país uma situação muito sentida em Lisboa e, em menor medida, no Porto? Estudos recentes aconselham a que, pelo menos, se mantenha a questão em aberto.

6. Uma aposta forte tem de ser feita na exploração dos arquivos estrangeiros. Sobretudo para o século XV e seguintes, alguns deles podem iluminar problemas sobre os quais as fontes portuguesas serão sempre omissas: basta lembrar o manancial de informações que tem sido divulgado por Hilario Casado Alonso a partir do estudo do Arquivo do *Consulado do Mar* de Burgos, ou a verdadeira ‘revolução’ no conhecimento dos portos e do comércio português que se adivinha quando for finalmente publicada a documentação valenciana sobre o *dret portugues*, num projecto coordenado por David Igual Luís e Germán Navarro Espinach, para se ter uma ideia da importância desta linha de pesquisa.

Para quase todos os problemas que actualmente ocupam os especialistas estrangeiros, o caminho parece-me ser este. Desde logo, como acabo de afirmar, para a história dos campos e da produção agrícola<sup>36</sup>, em todas as suas vertentes: a correcção da ênfase excessiva colocada na monocultura do cereal, o repensar da inovação nos campos, do investimento, o papel das condições de comercialização e dos condicionalismos institucionais e físicos ao funcionamento do mercado – temos de regressar às feiras e aos mercados, que estão virtualmente por estudar, as riquíssimas relações entre preços agrícolas, condições de produção, níveis de vida e respostas demográficas, a

---

<sup>35</sup> Incluindo numerosas informações de simples relação (como a equivalência entre um cavalo e 40 móios de trigo, por exemplo).

<sup>36</sup> Habitámo-nos a deduzir relações de proporcionalidade entre rendas e produção sem aprofundarmos o tema como ele requer.

penetração de uma proto-indústria nos campos (ou, tão só, a existência de ocupações acumuladas).

E depois continuar para as correntes do comércio regional, nacional e internacional: produtos, quantidades, protagonistas, formas de financiamento, de organização, de segurança, existência de redes regionais e internacionais, interação entre o comércio internacional e as produções locais, principalmente no interior do país... A grande dificuldade é interromper este esboço de plano de trabalho.

Não temos que esperar até que todo este esforço esteja concluído para colocar os grandes problemas. Antes creio que eles nos devem preceder e acompanhar desde o início. E o principal será sempre a tentativa de caracterizar, nos seus traços mais importantes, a economia medieval portuguesa: periférica? Atrasada? Sub-desenvolvida? Com bloqueios estruturais à produção, ao financiamento, à inovação? Partindo dessa base de considerável atraso para a explosão dos séculos XIV e sobretudo XV, com o aumento da navegação no Estreito, a enorme valorização da nossa costa e, logo depois, o choque do comércio da costa africana e da produção das ilhas atlânticas, à espera da Índia e do Brasil? As ideias são muitas, as dúvidas muito mais; mas primeiro creio que deve ser discutido o diagnóstico que proponho à consideração colectiva.